



Educação financeira: uma estratégia para o desenvolvimento do empreendedorismo

Alexandre Reis¹ - AMF / UNIFRA

Subtema: Como ambientes educativos formais e informais formam cidadãos capazes de compreender e cumprir seus deveres pessoais e sociais.

Resumo

Este texto tem como objetivo apresentar uma proposta sobre a importância da educação financeira nos espaços públicos e privadas das instituições. Propiciar discussões, informar e auxiliar os agentes econômicos e a sociedade em geral sobre finanças pessoais é fundamental para a formação de novos empreendedores. A educação financeira pode ser realizada através de oficinas, palestras, discussões de casos, experiências práticas de como organizar o seu orçamento, orientações de planejamento e de gestão. Enfim, propiciar aos sujeitos envolvidos a oportunidade de se capacitar para se organizar financeiramente para poder se planejar ações empreendedoras. Portanto, a educação financeira contribuiu para o desenvolvimento pleno e formação da cidadania dos sujeitos.

1. Introdução

O superendividamento dos consumidores constitui um fenômeno social de extrema relevância na atualidade. Todavia, esta questão não faz correlação somente a um campo de conhecimento, posto que se configura como um grave e crescente problema social que necessita, para sua entendimento e enfrentamento, da articulação de diferentes disciplinas (HENNIGEN, 2012).

De acordo com o IPEA (2012) 54,15% das famílias entrevistadas declararam ter alguma dívida. A pesquisa aponta que a dívida média mensal das famílias brasileiras chega a R\$ 5.426,59. A pesquisa indica também que quase 20% das famílias têm alguma conta atrasada, mas cerca de 60% acreditam que conseguirão quitar essas dívidas total ou parcialmente no mês seguinte. De acordo com o documento uma família em cada dez encontra-se com grau de endividamento elevado. A melhor situação em relação ao endividamento foi registrada entre as famílias da Região Centro-Oeste e a mais complicada foi verificada no Norte do país, onde apenas 16% declararam não ter dívida alguma.

Conforme Ferreira (2006) é bastante comum as pessoas contraírem dívidas e não conseguirem honrar com os seus compromissos financeiros. Muitos trabalham para pagar as dívidas e outros podem passar a vida inteira sem conseguir pagá-las. Os dados da pesquisa realizada pela FECOMERCIO RS (2015) sobre endividamento e inadimplência do consumidor revelam que houve um aumento de pessoas com dívidas em atraso e que não terão condições de regularizar as mesmas, chegando a um percentual de 11,2%, em comparação com o ano anterior que era de 5,6%.

Para Mello (2011) o endividamento corresponde a uma antecipação de rendimentos que viabilizam acesso ao consumo de bens e serviços a população. Já o sobre endividamento ou superendividamento ocorre quando há o descumprimento do pagamento das dívidas com

¹ Mestre em Economia. Professor da Faculdade Antônio Meneghetti e Centro Universitário Franciscano. E-mail: alexreisrs@ig.com.br

ou sem a contratação de crédito. Para o autor esta situação vai se apresentar diante do que ele vai chamar de “acidentes da vida”, ou seja, quando ocorre desemprego, morte de pessoa responsável pelo sustento da família, doenças ou sinistros, entre outros fatores, que impedem o pagamento de dívidas e despesas fixas mensais do orçamento doméstico.

A resposta positiva dos sujeitos e das famílias frente à expansão da oferta de crédito pode ser compreendida a partir de variados fatores, como as alterações de padrões culturais, as taxas de juros favoráveis e os prazos convidativos, e a (relativa) estabilidade do rendimento e do desemprego. Entretanto, segundo Santos (2008), outra hipótese, que não é tão bem vista pela doutrina jurídica, diz respeito à publicidade. Essa é intensa, sistemática e, muitas vezes, atua de forma agressiva, empregando estratégias específicas de captação de consumidores de segmentos hipervulneráveis da população, a saber, os idosos, as crianças e as pessoas de baixa renda, que acabam ficando suscetíveis ao endividamento excessivo e irrefletido.

A educação financeira constitui uma importante estratégia de superação e prevenção ao endividamento. Neste sentido, em 2010 houve a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (BRASIL, 2010) uma política de Estado que busca estimular o consumo responsável entre a população e promover a reflexão dos consumidores sobre os riscos quanto ao endividamento. De acordo com esta estratégia a Educação Financeira é compreendida como um processo que permite que as pessoas tenham melhor entendimento dos conceitos e dos produtos financeiros para tomar decisões sobre as oportunidades e os riscos envolvidos e tenham melhor bem estar.

É um processo pelo qual consumidores e investidores adquirem uma melhor compreensão sobre conceitos e produtos financeiros por meio de informações, instruções e orientações objetivas. Com o intuito que estes possam vir a desenvolver habilidades para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos financeiros. Numa tentativa de fazerem escolhas bem informadas e saberem onde procurar ajuda quando necessária, buscando sempre a qualidade de vida dos indivíduos. Portanto, a educação financeira está diretamente ligada ao conceito de cidadania, por indicar um direito de acesso à informação a questões financeiras, tornando cidadãos conscientes, capazes e livres para tomarem decisões para suas vidas (ARAÚJO; SOUZA, 2012).

Em relação ao empreendedorismo, destaca-se que a característica principal de empreendedor é o mesmo ter algumas características como: cultura empreendedora, capacidade técnica, crédito e incentivos sociais e econômicos. Segundo Schumpeter (1957) a inovação, e por consequência, o empreendedorismo, ocorre da seguinte maneira: 1) novos métodos de produção; 2) novos produtos ou serviços; 3) abertura de novos mercados; 4) nova fonte de matéria-primas; 5) introdução de uma nova organização ou gestão de processo. Pois bem, a educação financeira tem como objetivo romper com o paradigma dominante na área financeira proporcionando aos agentes econômicos novas formas, técnicas e ensinamentos sobre as finanças. Sendo assim, preparar os agentes sobre essa dimensão é o grande objetivo da educação financeira.

A educação financeira é importante em todas as fases da vida das pessoas, pois desde muito cedo as pessoas lidam com questões financeiras, e como são agentes econômicos, suas decisões

sobre esse assunto estarão implicadas no tempo presente e no futuro. E para uma melhor maneira de lidarem com esses recursos financeiros, a educação nesse sentido torna-se essencial, na medida em que a escola é o ambiente em que crianças e jovens adquirem não apenas conhecimentos pedagógicos. Dessa forma, a educação financeira, entendida como um tema transversal dialoga com as diversas disciplinas do currículo escolar de forma a possibilitar ao educando compreender como planejar e concretizar suas aspirações e estar preparado para lidar com questões financeiras ao longo de sua vida (ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, 2008).

2. Objetivo geral

- Desenvolver ações interdisciplinares de educação financeira na região da quarta colônia do Estado do Rio Grande do Sul.

3. Objetivos específicos

- Fazer o levantamento sobre as características socioeconômicas e de gestão de economia doméstica e empresarial das comunidades atendidas;
- Realizar intervenções individuais ou grupais de promoção de saúde financeira junto a comunidade local;
- Oportunizar espaços de planejamento e educação financeira para empresários locais;
- Desenvolver ações de promoção da educação financeira em instituições, Escolas, Instituições Sociais e Entidades de Classe.

4. Metodologia

O projeto será desenvolvido em duas etapas. A primeira etapa envolve a criação de um instrumento de levantamento das necessidades de intervenção que será aplicado junto a instituições da comunidade. Nesta etapa também haverá a preparação dos acadêmicos participantes do projeto no que tange a base teórica e conceitual do projeto, bem como no auxílio na construção do instrumento a ser aplicado.

A partir do levantamento realizado, as informações serão analisadas e compiladas de maneira a se criar um plano de intervenção. Assim, serão contatadas novamente as instituições da comunidade para a realização de ações de educação financeira tais como oficinas, palestras, capacitações e orientações.

Este relato de experiência, portanto, apresenta-se com uma introdução, o desenvolvimento, a metodologia, as recomendações finais e as referências.

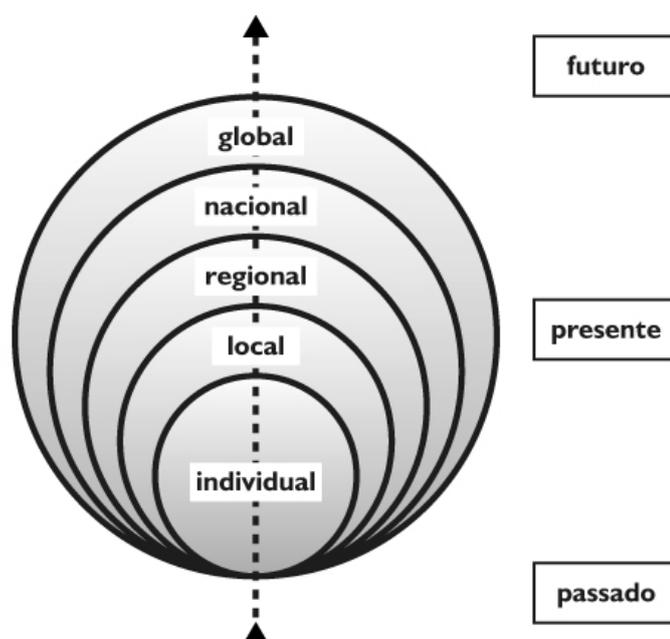
5. Desenvolvimento

A educação financeira é um tema transdisciplinar, na qual se discute a importância do dinheiro e como administrá-lo; como ganhar, gastar, poupar e doar dinheiro; a consumir de forma consciente, mostrando as consequências do consumo ao meio ambiente e às gerações futuras; orientar os alunos sobre seus direitos e deveres, enfatizando o direito a um meio ambiente saudável; reforçar a ética e a responsabilidade social que estão envolvidas no ganho e no uso do dinheiro; orientar sobre como economizar água, energia e telefone; formar futuros jovens capazes de poupar e de planejar gastos; criar uma mentalidade adequada e saudável em relação ao dinheiro; e orientar os alunos a terem uma relação mais saudável com suas finanças. Enfim, construir a base estrutural dos jovens para que no futuro sejam empreendedores. (Bacen, 2016)

A educação financeira é o meio de prover esses conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades. É, portanto, um instrumento para promover o desenvolvimento econômico. Afinal, a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia, no agregado, toda a economia, por estar intimamente ligada a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento dos países.

Segundo a OCDE (2005), Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que com informação, formação e orientação possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas.

Portanto, conforme o conceito exposto acima, a educação financeira é capaz de contribuir para o melhor entendimento das operações financeiras. E ademais, a proposta é capacitar os sujeitos para que “eles” possam desenvolver e propiciar ações de fomento ao empreendedorismo.



Fonte: Enef, 2016

A figura acima ilustra a importância da capacitação de base para com o indivíduo. O quanto é importante os conhecimentos básicos e formativos para que ocorra o desenvolvimento de capacidades de planejamento. Para que no futuro tenhamos uma sociedade mais produtiva e empreendedora, temos que propiciar a educação básica de finanças.

O endividamento das famílias, outro indicador agregado, mas que se diferencia do saldo/ PIB por considerar a razão saldo/renda disponível das famílias⁴⁸, apresentou o mesmo padrão de comportamento entre 2007 e 2014, crescendo de 29% para 46%. Todavia, refletindo o aumento da dívida decorrente dos recursos direcionados, especialmente do crédito imobiliário, o endividamento das famílias, excluindo o crédito imobiliário, chegou a cair a partir de 2012. Ao final de 2014, quando o endividamento chegou a 46% da renda disponível, 18% eram dívida com imóveis, e 28%, com o restante. Essas proporções sugerem que a distribuição está num caminho desejável, o de endividamento mais longo, de menor custo, colateralizado, que forma patrimônio. O crédito imobiliário possui esses atributos, mas os desembolsos, naturalmente elevados, implicam prestações altas, pesando sobre o orçamento das famílias. (Bacem, 2016).

A inadimplência depende do comprometimento de renda. Quanto maior o comprometimento, maiores são as chances de o devedor atrasar o pagamento. O atraso, ou a suspensão dos pagamentos de compromissos financeiros, ocorrerá de fato quando o cidadão, ou a família, estiver diante de imprevistos que provoquem queda brusca da renda, como desemprego, ou aumento brusco de despesa, como problemas de saúde. Outro fator que costuma levar à inadimplência é a falta de planejamento financeiro ou a combinação de falta de planejamento e desconhecimento do crédito contratado. O uso do crédito rotativo, por exemplo, que reúne modalidades que cobram juros muito elevados, como cheque especial e cartão de crédito, costumam surpreender os devedores com a velocidade em que a dívida cresce e se torna vultosa, provocando atrasos e inadimplência. (Bacem, 2016).

De nada adianta os agentes e os sujeitos com problemas de endividamento se não for propiciado um ambiente que esclareça e ajude os sujeitos a melhorarem a sua situação. Empreender é uma tarefa complexa e depende de muitos fatores.

Dessa maneira, a educação financeira da população é muito importante para toda a sociedade. Por esse motivo, o Governo Federal instituiu por meio do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, a Estratégia Nacional para Educação Financeira (Enef). Portanto, este documento fundamenta as diretrizes básicas de como realizar a educação financeira no país.

Uma das ações iniciais e básicas da Estratégia Nacional é compreender o que é orçamento uma ferramenta de planejamento financeiro pessoal que contribui para a realização de sonhos e projetos. Para que se tenha um bom planejamento, é necessário saber aonde se quer chegar; é necessário internalizar a visão de futuro trazida pela perspectiva de realização do projeto e estabelecer metas claras e objetivas, as quais geralmente precisam de recursos financeiros para que sejam alcançadas ou para que ajudem a atingir objetivos maiores. Por isso, é importante que toda movimentação de recursos financeiros, incluindo todas as receitas (rendas), todas as despesas (gastos) e todos os investimentos, esteja anotada e organizada.

Ainda sobre as estratégias a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005) constatou que muitas pessoas em diferentes países não só carecem dos conhecimentos e competências necessários para lidar de modo adequado com suas finanças pessoais como também desconhecem a própria necessidade de tais conhecimentos, assinalando uma provável origem para o problema.

6. Considerações finais

Este relato teve com objetivo geral ilustrar de que forma a educação financeira pode ser importante na construção do perfil empreendedor dos indivíduos, bem como para as instituições. Compreender os conceitos da educação financeira é essencial para a formação e a melhoria, por parte dos indivíduos, do planejamento, de conseguir definir seus planos e suas metas para o futuro. Sendo assim, compreendendo essa dimensão, com toda certeza, teremos uma sociedade mais sustentada ao longo do tempo, e mais, empreendedora.

Prospectar, disseminar e ensinar conhecimentos sobre finanças, e em particular a educação financeira, de fato melhora a cidadania financeira da sociedade. Fortalecer essa dinâmica é a base para construir uma sociedade mais empreendedora.

7. Referências

- BERTONCELLO, K. R. D; LIMA, C. C. *Adesão ao projeto conciliar é legal* – CNJ: Projeto piloto, 2007.
- BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.
- BRAGAGLIA, A. P. *Comportamentos de consumo na contemporaneidade*. Revista Comunicação, Mídia e Consumo. São Paulo, vol. 7, n. 19, julho de 2010.
- BRASIL. *Estratégia Nacional de Educação Financeira*. Decreto 7.397, de 22 de dezembro de 2010.
- DATA POPULAR. *A educação financeira no Brasil: Relatório quali-quantitativo*, 2008.
- FERREIRA, R. *Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro*. Thompson. IOB. São Paulo, 2006.
- Gil, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.ed. São Paulo : Atlas, 2008.
- HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Parte I, tradução de Márcia de Sá Cavalcante. 12.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HENNIGEN, I.; & Gehlen, G. *Com a “vida” no vermelho: psicologia e superendividamento do consumidor*. Pesquisas e Práticas Psicossociais. São João del-Rei, julho/dezembro, 2012.

HENNIGEN, I. *Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da Psicologia Social*. Mal-Estar Subj. vol.10 n. 4. Fortaleza: dezembro de 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA EM ECONOMIA APLICADA. *Índice de expectativas das famílias*. Brasília, 2012.

MELLO, F.C.V. de. *A proteção do sobre-endividado no Brasil*. Revista Luso Brasileira de Direito do Consumo. v.1, n.2, junho de 2011.

Ministério do Meio Ambiente / Ministério da Educação / Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Manual de educação para o Consumo Sustentável. Brasília: Consumers International/MMA/MEC/IDEC, 2005. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/consumos.pdf>> Acesso em 8 de setembro de 2008.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

OCDE/OECD – *Organisation for Economic and Co-Operation Development*. Improving Financial Literacy. Analysis of Issues and Policies. Paris, 2005.

PEIC- *Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor*. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_agosto_2015.pdf> Acesso em:<Agosto de 2015>

SANTOS, B. S. dos. *O superendividamento e o controle do empréstimo consignado*. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008_2/brenda_schneider.pdf> Acesso em:< 10 de abril de 2014>.

SCHUMPETER, J. A. *The theory of economic development*. Cambridge, Harvard University. 1957.

SPENGLER, F. M. *Mediação de Conflitos: da teoria a prática*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.